

REFLEXÕES SOBRE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Beatriz Paiva Rocha¹.

RESUMO: Os programas de transferência de renda constituem importantes instrumentos de proteção social e enfrentamento da fome no Brasil, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social. Este estudo teve como objetivo discutir a relação entre os programas de transferência de renda e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), analisando suas contribuições na promoção do acesso à alimentação adequada. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada a partir da análise de artigos científicos, legislações e documentos institucionais relacionados às políticas de transferência de renda e à SAN no contexto brasileiro. A literatura evidencia que programas como o Bolsa Família contribuíram para a redução da pobreza, da fome e da insegurança alimentar, além de favorecer o aumento do consumo de alimentos, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e educação e o fortalecimento da proteção social. Entretanto, os estudos também apontam que a garantia de renda, embora essencial, não é suficiente para assegurar, isoladamente, uma alimentação adequada e saudável. Persistem desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas, ao acesso desigual aos alimentos, à influência do preço nas escolhas alimentares e ao crescente consumo de alimentos ultraprocessados entre populações de baixa renda. Observa-se que a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional depende não apenas da ampliação do acesso financeiro, mas também da articulação entre políticas públicas de saúde, educação, abastecimento alimentar e promoção da alimentação adequada e saudável. Conclui-se que os programas de transferência de renda representam uma estratégia fundamental para a garantia do direito humano à alimentação adequada, mas seus efeitos são potencializados quando integrados a ações estruturantes capazes de enfrentar os determinantes sociais da fome e da insegurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Transferência de renda. Segurança alimentar e nutricional. Fome. Alimentação. Proteção social.

REFLECTIONS ON INCOME TRANSFER PROGRAMS: CONTRIBUTIONS AND CHALLENGES

ABSTRACT: Income transfer programs are important instruments for social protection and combating hunger in Brazil, especially among populations in situations of social vulnerability. This study aimed to discuss the relationship between income transfer programs and Food and Nutritional Security (FNS), analyzing their contributions to promoting access to adequate food. This is a narrative literature review, with a qualitative approach, carried out through the analysis of scientific articles, legislation, and institutional documents related to income transfer policies and FNS in the Brazilian context. The literature shows that programs such as Bolsa Família have contributed to the reduction of poverty, hunger, and food insecurity, in addition to favoring increased food consumption, expanded access to health and education services, and the strengthening of social protection. However, studies also indicate that income security, although essential, is not sufficient to ensure, in isolation, adequate and healthy food. Challenges related to socioeconomic inequalities, unequal access to food, the influence of price on food choices, and the growing consumption of ultra-processed foods among low-income populations persist. It is observed that the realization of Food and Nutritional Security depends not only on expanding financial access, but also on the articulation between public policies in health, education, food supply, and the promotion of adequate and healthy eating. It is concluded that income transfer programs represent a fundamental strategy for guaranteeing the human right to adequate food, but their effects are enhanced when integrated with structural actions capable of addressing the social determinants of hunger and food insecurity.

KEY-WORDS: Income transfer. Food and nutritional security. Hunger. Food. Social protection.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional, enquanto direito humano fundamental, é um fenômeno complexo e multidimensional, atravessado por aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, que envolvem desde a disponibilidade e acesso aos alimentos até sua utilização e estabilidade (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

De forma sucinta, as quatro categorias da EBIA são, primeiramente, a Segurança Alimentar corresponde à condição em que os moradores têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Segundo a Insegurança Alimentar Leve é caracterizada pelo comprometimento da qualidade da alimentação, embora a quantidade percebida como adequada ainda seja mantida (Brasil, 2022).

A insegurança alimentar e nutricional permanece como um importante problema social e de saúde pública no Brasil, especialmente entre populações em situação de

vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, os programas de transferência de renda emergem como estratégias fundamentais de proteção social, visando reduzir a pobreza, ampliar o acesso à alimentação e promover melhores condições de vida para famílias em situação de vulnerabilidade (Roque; Ferreira, 2015).

No Brasil, a consolidação dessas políticas ocorreu principalmente a partir da implementação do Programa Bolsa Família, instituído em 2004, resultado da unificação de programas sociais anteriores. O programa passou a articular transferência direta de renda com condicionalidades relacionadas à saúde e à educação, fortalecendo ações intersetoriais voltadas ao enfrentamento da fome e da pobreza (Brasil, 2004).

Estudos evidenciam que os programas de transferência de renda contribuíram significativamente para a redução da extrema pobreza e da insegurança alimentar, além de ampliarem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos essenciais (Gonçalves; Barreto; Martins, 2024). Entretanto, apesar dos avanços observados, persistem desafios relacionados à qualidade da alimentação, ao consumo crescente de alimentos ultraprocessados e às limitações estruturais associadas à desigualdade social e ao acesso financeiro aos alimentos saudáveis.

Além disso, as escolhas alimentares são influenciadas não apenas pela renda disponível, mas também pelas condições de acesso físico aos alimentos, pela estrutura de abastecimento local e pelas transformações recentes no sistema alimentar brasileiro (Louzada *et al.*, 2023). Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo discutir a interface entre os programas de transferência de renda e a segurança alimentar e nutricional no Brasil, enfatizando seus impactos sobre o acesso financeiro e a qualidade da alimentação das famílias em situação de vulnerabilidade social.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada com o objetivo de discutir a interface entre os programas de transferência de renda e a segurança alimentar e nutricional no Brasil, com ênfase nos efeitos sobre o acesso financeiro e a qualidade da alimentação das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de maio e agosto de 2025 nas bases de dados PubMed, Web of Science, Scopus e SciELO, além da consulta a legislações federais e documentos institucionais de acesso aberto relacionados às políticas públicas de transferência de renda e segurança alimentar e nutricional.

Foram utilizados descritores e palavras-chave em português e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, incluindo os seguintes termos: “transferência de renda”, “Programa Bolsa Família”, “segurança alimentar e nutricional”, “insegurança alimentar”, “alimentação saudável”, “programas sociais”, “cash transfer programs”, “food

security” e “food insecurity”.

Foram incluídos artigos científicos, documentos oficiais e legislações que abordavam o histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, seus impactos sobre a fome, a insegurança alimentar, a qualidade da alimentação e os determinantes financeiros das escolhas alimentares. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem relação direta com a temática e publicações que não apresentavam texto completo disponível.

A análise do material ocorreu de forma interpretativa e crítica, buscando identificar os principais impactos dos programas de transferência de renda sobre a segurança alimentar e nutricional, bem como suas limitações estruturais diante das desigualdades sociais e econômicas presentes no contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os programas de transferência de renda consolidaram-se como importantes estratégias de proteção social no enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil. Inicialmente, o país contava com programas setoriais fragmentados, como Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Posteriormente, essas iniciativas foram integradas ao Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836/2004 (Brasil, 2004).

Os programas se destacam-se por promover o investimento em capital humano, visando melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas surgem como resposta aos desafios enfrentados pelos modelos tradicionais de proteção social baseados nos direitos sociais, no acesso à renda e ao trabalho (Roque; Ferreira, 2015).

Tabela 1 - Evolução dos programas de transferência de renda no Brasil.

Período	Programa
2001	Bolsa Escola
2001	Bolsa Alimentação
2002	Auxílio Gás
2003	Cartão Alimentação
2004–2021	Programa Bolsa Família
2021–2022	Auxílio Brasil
2023–atual	Novo Programa Bolsa Família

A literatura demonstra que a efetividade dessas políticas depende da sua capacidade de integração com outras ações estruturantes. Embora o aumento da renda favoreça o acesso aos alimentos e reduza situações de privação alimentar severa, persistem desafios relacionados à qualidade da alimentação, ao ambiente alimentar e às desigualdades territoriais. Nesse contexto, os programas de transferência de renda devem

ser compreendidos como componentes de uma política mais ampla de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, cuja efetividade requer articulação com políticas de saúde, educação, agricultura familiar, abastecimento alimentar e desenvolvimento social. A Tabela 2 mostra trabalhos importantes sobre programas de transferência de renda, preços dos alimentos e segurança alimentar e nutricional.

Tabela 2 - Evidências sobre programas de transferência de renda, alimentação e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Autor/Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados
Assunção, Leitão e Inácio (2012)	Avaliar impactos do Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadores artesanais	Observou aumento do consumo de alimentos básicos, maior número de refeições diárias e percepção de melhora no acesso aos alimentos.
Baptistella (2012)	Analisar o impacto do Bolsa Família sobre consumo alimentar e estado nutricional	Identificou ampliação da aquisição de alimentos e redução da insegurança alimentar, embora os efeitos sobre o estado nutricional tenham sido limitados.
Moreira <i>et al.</i> (2010)	Investigar o papel das mulheres na gestão dos benefícios	Demonstrou que as mulheres priorizam a compra de alimentos e necessidades dos filhos, fortalecendo o papel feminino na gestão doméstica.
Uchimura <i>et al.</i> (2012)	Compreender percepções de beneficiários sobre a alimentação	As famílias relataram alimentação baseada principalmente em arroz, feijão e carnes, considerada pouco variada, mas compatível com sua realidade econômica.
Martins e Monteiro (2016)	Avaliar o impacto do Bolsa Família na disponibilidade domiciliar de alimentos	Evidenciou aumento da disponibilidade de alimentos in natura e minimamente processados entre famílias beneficiárias.
Sperandio <i>et al.</i> (2017)	Comparar padrões alimentares de beneficiários em diferentes regiões do Brasil	Verificou diferenças regionais no consumo alimentar e identificou aquisição tanto de alimentos saudáveis quanto de ultraprocessados.
Neves <i>et al.</i> (2022)	Analisar o Bolsa Família como ferramenta de redução das desigualdades sociais	Concluiu que o programa ampliou o acesso à alimentação e aos direitos sociais, mas isoladamente não foi suficiente para romper o ciclo da pobreza.
Louzada <i>et al.</i> (2023)	Avaliar a evolução do consumo de ultraprocessados no Brasil	Identificou aumento da participação desses produtos na alimentação da população brasileira, favorecido por maior disponibilidade e redução relativa dos preços.
Maia <i>et al.</i> (2020)	Investigar a evolução dos preços dos alimentos no Brasil	Demonstrou que alimentos saudáveis apresentam custo relativamente mais elevado, influenciando escolhas alimentares em populações vulneráveis.
Rasella <i>et al.</i> (2013)	Avaliar impactos do Bolsa Família sobre mortalidade infantil	Observou associação entre expansão do programa e redução de mortes infantis relacionadas à pobreza, desnutrição e doenças infecciosas.

O Programa Bolsa Família destacou-se internacionalmente pelos impactos positivos na redução da pobreza extrema, da fome e da insegurança alimentar, além de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços de saúde e educação (Gonçalves; Barreto; Martins, 2024). Evidências também demonstram associação entre a expansão do programa e a redução da mortalidade infantil relacionada à pobreza e à desnutrição (Rasella *et al.*, 2013).

Em relação à alimentação, estudos apontam que famílias beneficiárias apresentam maior frequência de consumo de alimentos básicos, como arroz, feijão, carnes, frutas e hortaliças, além de aumento do número de refeições diárias (Assunção; Leitão; Inácio, 2012). A literatura também evidencia o papel central das mulheres na gestão do benefício, priorizando a compra de alimentos e itens essenciais para os filhos (Moreira *et al.*, 2010).

Além dos impactos relacionados ao acesso alimentar, os programas de transferência de renda também apresentam repercussões importantes sobre a garantia de direitos sociais e a redução das desigualdades sociais. Ao ampliar o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação e assistência social, essas políticas fortalecem estratégias de proteção social e contribuem para melhores condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade. Entretanto, autores destacam que os efeitos positivos dos programas dependem da manutenção de políticas públicas articuladas e do fortalecimento de ações intersetoriais voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente diante do agravamento das desigualdades econômicas e do aumento do custo de vida observado nos últimos anos (Roque; Ferreira, 2015; Neves *et al.*, 2022).

Apesar desses avanços, persistem importantes limitações estruturais. Pesquisas qualitativas indicam que muitas famílias ainda descrevem sua alimentação como repetitiva e pouco variada, reflexo das restrições financeiras e das desigualdades no acesso aos alimentos saudáveis (Uchimura *et al.*, 2012). Além disso, o menor custo relativo e a ampla disponibilidade dos alimentos ultraprocessados favorecem seu consumo entre populações de baixa renda (Louzada *et al.*, 2023).

Observa-se, portanto, que o acesso financeiro influencia diretamente as escolhas alimentares das famílias. Em contextos de vulnerabilidade social, alimentos ultraprocessados de baixo custo tornam-se alternativas frequentes diante da dificuldade de aquisição de alimentos in natura e minimamente processados (Maia *et al.*, 2020).

Embora os programas de transferência de renda desempenhem papel fundamental na proteção social imediata, os estudos ressaltam que eles, isoladamente, não são suficientes para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse sentido, torna-se necessária a articulação intersetorial com políticas de saúde, educação, abastecimento alimentar e promoção da alimentação adequada e saudável (Neves *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

Os programas de transferência de renda consolidaram-se como importantes estratégias de proteção social e enfrentamento da fome no Brasil, especialmente entre populações historicamente marcadas pela pobreza e pela exclusão social.

Contudo, torna-se necessário refletir sobre os limites e as potencialidades dos programas de transferência de renda na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Mais do que garantir recursos monetários, o enfrentamento da fome requer a articulação de políticas públicas capazes de atuar sobre seus determinantes sociais, econômicos e políticos. Assim, a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada depende do fortalecimento de ações intersetoriais que integrem proteção social, saúde, educação, abastecimento alimentar e promoção da alimentação adequada e saudável.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, V. K.; LEITÃO, M. R.; INÁCIO, P. H. D. Comer mais e melhor: impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadores artesanais de Pernambuco. *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 4, n. 2, p. 390-413, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Glossário Saúde Brasil - **Insegurança Alimentar e Nutricional**, 2022.

GONÇALVES, M. P.; BARRETO, K. R. M.; MARTINS, V. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. **Princípios**, São Paulo, v. 43, n. 169, p. 105-123, 2024.

LOUZADA, M. L. C. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, p. 12, 2023.

MAIA, E. G. *et al.* What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, Cambridge, v. 23, n. 4, p. 579-588, 2020.

MOREIRA, N. C. *et al.* Programa de transferência de renda mínima e atividade complementar de renda: uma análise sobre o empoderamento das mulheres. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 10, n. 1, p. 198-212, 2010.

NEVES, J. A.; VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L. *et al.* The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): a tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. **Global Public Health**, London, v. 17, n. 1, p. 26-42, 2022.

RASELLA, D. *et al.* Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **The Lancet**, London, v. 382, n. 9886, p. 57-64, 2013.

ROQUE, D. M.; FERREIRA, M. A. M. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1193-1207, 2015.

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011.

UCHIMURA, K. Y. et al. Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 687–694, 2012.